

BOLETIM DE TRABALHOS HISTÓRICOS

PUBLICAÇÃO DO

Arquivo Municipal de Guimarães

VOL. VIII

1943

N.ºs 3-4

PARA A HISTÓRIA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE GUIMARÃES

DOCUMENTO N.º 1:

No diário bracarense *Correio do Minho*, de 6 de Junho de 1944, lê-se o seguinte:

«PERGAMINHOS MEDIEVAIS DO SEMINÁRIO DE BRAGA

Segundo notícia dada pela Emissora Nacional no dia 22 de Maio e divulgada pelos jornais do dia seguinte foi aberto a favor do Ministério da Educação Nacional um crédito de 30.000\$00 (alguns jornais disseram por engano, 33.000\$00) destinado a comprar ao Seminário de Braga cinquenta e cinco pergaminhos medievais.

Esta notícia fez supor a muitos que o Seminário se desinteressava da Cultura e, por isso, se desfazia de documentos históricos a êle pertencentes.

A verdade, porém, é como passamos a expor.

Nos fins de Setembro de 1943, um dos padres do Seminário comunicou ao signatário que havia quem desejasse vender uma colecção de pergaminhos de grande valor histórico.

Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz encarregou o signatário de examinar os pergaminhos e de os procurar obter, para com êles e com outros se constituir o fundo de um projectado Arquivo Histórico no Seminário de Teologia.

Depois de uma série de vicissitudes, que seria longo expor, chegou-se à convicção de que para o Seminário era praticamente inútil adquirir êsses pergaminhos, porque o Govêrno, logo que dêles tivesse conhecimento, os poderia apreender por haverem pertencido à Colegiada de Guimarães, cujos documentos são agora pertença do Estado.

Como havia o perigo de os documentos citados passarem clan-

destinamente para o estrangeiro, pois entre os pretendentes havia um espanhol e um inglês, que pelos mesmos oferecera 55.000\$00, procurou-se salvar a Colecção para o Património Nacional.

Com êsse fim, o signatário, por intermédio do Instituto de Estudos Históricos da Universidade de Coimbra, pôs-se em comunicação com o Ministério da Educação Nacional, sendo encarregado de examinar os pergaminhos o Secretário do mesmo Instituto, Prof. Dr. Torcato de Sousa Soares.

Como a demora em obter o crédito indispensável era necessariamente muito grande e o depositário tinha urgência em vender os pergaminhos, tomou-se a resolução de Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz os comprar em nome do Seminário para os ceder ao Estado, logo que fôsse aprovado o respectivo crédito, evitando-se assim a saída dêles para o estrangeiro.

O documento original mais antigo desta colecção é a doação de Gonçalo Mendes ao Mosteiro de Guimarães, feita a 6 de Julho do ano 983, a que Herculano chama «insignis muneris documentum» (*Port. Mon. Hist., Diplomata et Charta*, n.º 138, págs. 84).

Fazem parte da mesma colecção apógrafos dos séc. XI XIII do testamento de D. Mumadona, do ano 959, e da carta de Fernando Magno, do ano 1047, bem como originais e alguns apógrafos (na sua maioria inéditos) de todos os nossos reis desde D. Afonso Henriques a D. Duarte e alguns Sumo Pontífices.

Esta preciosa colecção devia ser retirada da Colegiada de Guimarães nos princípios do séc. XIX, segundo se depreende das palavras com que Herculano antecedeu a referida doação de Gonçalo Mendes: «*autographa charta, labente saeculo XVIII, in scrinio Collegiatae Vimaransensis adhuc servabatur sed postea aut amissa aut delata est.*»

Devido à generosa e patriótica atitude de Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Arcebispo Primaz e à boa vontade do depositário dos pergaminhos, que acedeu a vendê-los para o seu País por quantia muito inferior à oferecida por estrangeiros, foi possível salvar uma valiosa colecção histórica para o Património Nacional.

O Seminário, por sua vez, nada perdeu em ceder pergaminhos, de que aliás não chegou a tomar posse, pois vai receber fotocópias de todos êles e de mais uns setecentos documentos nacionais e espanhóis relativos à Arquidiocese, que servirão de fundo inicial para o projectado Arquivo Histórico.

Se em casos análogos todos adoptassem idêntica atitude, quantos

documentos e obras valiosas se não feriam salvado para o Património Nacional!

Braga, 4 de Junho de 1944.

P.º Avelino de Jesus da Costa.



DOCUMENTO N.º 2:

Em 7 de Junho de 1944, o Director do Arquivo Municipal de Guimarães dirigiu ao Senhor Ministro da Educação Nacional o seguinte officio:

«Senhor Ministro da Educação Nacional.
Excelência.

Só hoje tive conhecimento, por carta publicada no jornal de Braga, *Correio do Minho*, de 6 do corrente, do que se passou à volta de uma compra de cinquenta e cinco pergaminhos feita pelo Estado a um particular, e pela quantia de trinta mil escudos.

Houve por parte dos agentes dessa compra, manifesta má fé, quando deixaram de esclarecer completamente o Estado sôbre a circunstância do caso.

Pela informação prestada pelo signatário da carta publicada no *Correio do Minho*, verifica-se que os cinquenta e cinco pergaminhos que o Estado comprou para o Arquivo da Universidade de Coimbra, foram retirados da Colegiada de Guimarães nos principios do séc. XIX.

Perdidos ou roubados, distraídos ou sonogados, são, contra tôdas as prescrições ou evicções, propriedade da Colegiada de Guimarães, uma vez que esta nunca os alienou, nem o Estado os chamara a si. Na posse ilegítima e originariamente criminosa ou não, de quem agora os vendeu, nunca deixaram de ser pertença moralmente legítima da Colegiada de Guimarães.

Conhecida a sua existência e os seus detentores, ao Estado cumpria, salvo melhor opinião, apreendê-los, porque tinham dono, e restituí-los ao Arquivo donde tinham sido, fôsse qual fôsse o fundamento, tirados, ou, na pior das hipóteses, depositá-los no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Por mal informado ou por informação capciosamente insuficiente,

o Estado viu o problema fora das circunstâncias reais, e comprou os cinqüenta e cinco pergaminhos medievais de que a Colegiada de Guimarães estava abusivamente esbulhada.

Comprou-os, e confiou-os ao Arquivo da Universidade de Coimbra.

Guimarães possui um Arquivo Municipal que tem como um dos seus fundos principais tudo o que o Estado não recolhera na Torre do Tombo, e fazia parte do Arquivo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira.

O Arquivo Municipal de Guimarães, a despeito da manifesta exigüidade da sua dotação, suporta tôdas as comparações com os demais Arquivos do País, porque além de cumprir rigorosamente a função para que foi criado pelo Estado, faz o que nenhum outro Arquivo tem feito: publica periòdicamente um *Boletim de Trabalhos Históricos* que já vai no seu VIII volume. Honra nobremente a Nação.

Seu Director, não posso deixar passar em silêncio o facto de se confiar ao Arquivo da Universidade de Coimbra a colecção dos cinqüenta e cinco pergaminhos que pertenceram à Colegiada de Guimarães e, portanto, deviam ser recolhidos no Arquivo Municipal da mesma cidade, — facto êsse que, visto a más luzes, poderia traduzir-se em menos consideração por mim, como Director do Arquivo, e como escritor.

Demais sei eu que Vossa Excelência, pelas suas qualidades de espírito e pela substância do seu carácter, era incapaz de um agravo dessa natureza.

Resta-me, pois, a certeza de que o que se deu foi consequência de não se ter informado devidamente Vossa Excelência.

Eu é que não podia conformar-me, nem posso, porque tenho a obrigação de zelar os interesses espirituais do Arquivo que o Estado me confiou, e tenho também por dever defender os interesses históricos da cidade de Guimarães donde sou natural.

Tendo em vista os sentimentos de justiça esclarecida que animam Vossa Ex.^a, ousou chamar a sua melhor atenção para êste caso, na esperança de que Vossa Ex.^a o remediará equanimemente.

A bem da Nação.

Guimarães, 7 de Junho de 1944.

O Director do Arquivo Municipal de Guimarães,

Alfredo Pimenta.